

PROJETO NEGROS E NEGRAS EM MOVIMENTO: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA E O DEBATE SOBRE A LEI 10639/03

*Maria das Graças Gonçalves¹
Jose Luiz Cordeiro Antunes²*

“Nós vos pedimos com insistência:
nunca digam – isto é natural,
diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
em que corre o sangue,
em que se ordena a desordem,
em que o arbítrio tem força de lei,
em que a humanidade desumaniza...
Não digam nunca: isso é natural,
A fim de que nada passe por imutável.
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável
Que tudo que seja dito ser habitual,
cause inquietação.
Na regra é preciso descobrir o abuso,
e sempre que o abuso for encontrado,
é preciso encontrar o remédio”.
(Bertolt Brecht, 1898-1956)

RESUMO

O Projeto “Negros e Negras em Movimento” centraliza suas discussões nas questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população afro-brasileira sob a Lei 10.639/03. Qualificar os agentes, fazer a recuperação das memórias e sua inserção no cotidiano cultural afro, se fez necessário e se permitiu descobrir a reprodução do imaginário negativo, através de uma cadeia de ações. Produzimos dois seminários sobre Diversidade e Práticas Pedagógicas, a Formação Continuada de Multiplicadores, a criação do Fórum de Discussões Permanentes e a elaboração de projetos, baseados no multiculturalismo, novas posturas teórico-metodológicas de produção de conhecimentos se desenvolveram como possíveis elementos transformadores do social.

Palavras-chave: Cultura, Currículo e Relações raciais

INTRODUÇÃO

A realidade social brasileira se expõe, na sua face mais sombria e cruel, quando conectamos os fios de raça, índice de escolarização e condições econômicas. As diferenças percentuais da desi-

1 Docente do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. <gragoncalves@bol.com.br>

2 Docente do Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. <lutajose@lansat.net>

gualdade entre brancos e negros/mestiços se reproduzem há mais de cem anos e são muito maiores que entre os de características fenotípicas brancas. Os contingentes de afro-brasileiros com menor índice de escolarização vivem em condições de miséria, percebem salários inferiorizados e têm saúde e moradia precárias. Ou seja, as dificuldades de trabalho, saúde, moradia, educação e lazer são praticamente as mesmas que o bisavô de um jovem negro de hoje, sofria no início do século XX.

Segundo um dos coordenadores de pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Ricardo Henriques, em 13 anos, os brancos devem alcançar uma média de oito anos de estudos, porém os negros só alcançarão o mesmo índice daqui a 32 anos. O Brasil melhorou o seu desempenho em uma série de indicadores sociais na década de 90, mas não foi capaz de fazer com que a desigualdade entre negros e brancos diminuísse. Em relação à educação, muitas pesquisas recentes confirmam que acesso e permanência bem sucedida na escola variam de acordo com a raça/etnia dos alunos sendo que o prejuízo maior é dos descendentes da população negra.

Diante desse quadro histórico que atravessa mais de quatro séculos, as políticas de ações afirmativas ganharam relevância na sociedade brasileira nos últimos anos. A demanda por ações reparatórias exige que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os afro-brasileiros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos desde o período escravista. A exigência de tais políticas faz parte da luta do Movimento Negro no Brasil, e tem por objetivo eliminar desigualdades historicamente acumuladas.

A superação e transformação da educação dos afro-brasileiros, objeto dessa reflexão, não se alcançará apenas com a sensibilidade e boa vontade dos responsáveis pela educação. São urgentes, também, ações estratégicas para a formação profissional de educadores e gestores, bem como a produção de conhecimentos e recursos pedagógicos, para que possam realizar um trabalho em favor de todos, e cumprir a tarefa da promoção da igualdade, com respeito e tolerância às diferenças.

O trabalho em destaque favorece o movimento de abertura para a realização de múltiplas interações entre a Universidade e os diferentes atores sociais, no âmbito dos poderes públicos locais de Angra dos Reis, materializadas em projetos pedagógicos oriundos de diferentes escolas públicas, e também com a sociedade civil, em especial com o Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu, de Angra dos Reis. Discutindo, articulando saberes, estabelecendo debates, reconhecendo os sujeitos cognoscentes e realizando sistematizações contribuem para os processos de formação continuada dos educadores presentes no espaço escolar e em outros espaços de nossa sociedade.

O Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária “Negros e Negras em Movimento: relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a Lei 10639/2003” centraliza as questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população afro-brasileira; a discussão necessária do preconceito racial; e a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico-raciais no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em instituições educacionais brasileiras. Transformar o sujeito social descendente de africanos em identidade portadora de história e cultura positivamente reconhecidas, requer que, coletivamente e em parcerias diversas, estejamos produzindo um novo imaginário, em todas as dimensões da vida social, que dê conta da multiplicidade e complexidade que esse tema exige no contexto racista brasileiro. Isso é o que prescreve a Lei 10.639/03: é preciso reconhecer, valorizar e ensinar a cultura africana, pois ela constitui um dos núcleos mais poderosos da vida da nação. Neste sentido, pensando no desafio que cotidianamente temos que enfrentar em nossas escolas e nos cursos de formação inicial e continuada de educadores, torna-se interessante incentivar a recuperação das memórias locais e regionais, a inserção investiga-

tiva de professores e outros agentes sociais no cotidiano cultural de matriz africana na região. Através da vivência de projetos experimentais que promovam reflexões científicas sobre o fazer pedagógico envolvendo esse conteúdo e da produção de materiais didáticos, colaboramos com o movimento de transformação da educação de afro-brasileiros. Esse projeto, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense, através da PROEX/UFF, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Sociedade Civil, através do Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu, do Movimento Negro local, empreendeu uma cadeia de ações sistematizadas para trabalhar de forma institucional, na pesquisa educacional e extensão: formação de educadores e agentes sociais militantes do movimento negro; vivências culturais; e produção de projetos pedagógicos e materiais de ensino.

Nesse projeto, procuramos tecer uma rede de conhecimentos e ações político-culturais sobre a diversidade que a temática sobre a recuperação das memórias (passadas e recentes) sobre negros e negras no Brasil exige. Acima de tudo, investimos na possibilidade de repensar sobre nós mesmos, como sujeitos de ações reprodutoras do imaginário negativo e estereotipado que cristalizamos a partir de nosso passado escravista. Além dos estudos e pesquisas sobre temas e conhecimentos diversificados que precisamos incorporar ao nosso saber e aos currículos escolares, realizamos também a reflexão crítica das nossas práticas pedagógicas. Esse esforço cognitivo-afetivo leva ao planejamento do “que fazer” na educação, nos espaços formais e não-formais. Incentivamos a elaboração de projetos ou planos de ações, baseados no enfoque multiculturalista e na diversidade cultural, para uma formação mais democrática e igualitária de nossas crianças e jovens, brancos e não brancos.

O tema principal focaliza o disposto na lei 10.639/03, visando à produção de conhecimentos e materiais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na escola brasileira. Essa lei está incluída na LDB e foi sancionada em 09 de janeiro de 2003, pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ela torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Deve valorizar a participação do povo negro nas áreas social, econômica, política e cultural, pertinente à História do Brasil. A lei determina, ainda, a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Essa lei é resultante de anos de lutas e pressões do Movimento Negro Brasileiro, por uma educação anti-racista. Os debates que vêm acontecendo pela implementação dessa lei dão conta de que é preciso, antes de tudo, reconhecer e combater todas as formas de racismo e preconceito presentes no contexto social brasileiro, sublinhando ali, o cotidiano escolar.

Para sensibilizar e instrumentalizar os educadores para uma atitude científica e para repensar suas próprias práticas sociais, estudamos, num primeiro plano, a construção histórica do racismo e suas consequências políticas no contexto brasileiro, visando a desconstrução das atitudes discriminatórias e racistas do nosso cotidiano profissional e pessoal.

QUESTÕES POLÍTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI

A Lei 10.639/2003 é uma ferramenta fundamental na educação anti-racista, pois contribui para a educação das relações étnico-raciais e para valorização da história da população negra no

nosso país, além de ampliar a discussão sobre as diversidades cultural, racial, social e econômica brasileiras. É importante ressaltar que o artigo 26A acrescido à lei 9.394/1996 provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação ofertada pelas escolas (MEC, 2004). A desconstrução da história tradicional de constituição da sociedade brasileira, alicerçada no “mito da democracia racial”³, que paralisou o debate nacional sobre a emancipação da população descendente de africanos escravizados é fundamental nesse processo.

Elencamos aqui alguns obstáculos, amplamente discutidos em nosso trabalho, para elaboração de projetos e suas metas.

DESCONHECIMENTO E REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DO CONTEÚDO ESPECÍFICO

Os educadores, com poucas exceções, nunca fizeram, em suas graduações, estudos sobre a História da África. Apenas um seleto grupo de iniciados no mundo acadêmico tem acesso ao conhecimento da história de civilizações milenares africanas que, no período medieval, tinham técnicas avançadas de construção, impérios, domínio da escrita e até universidades. Essa realidade existiu antes da exploração dos europeus, mas, nas salas de aula, predomina a glorificação da cultura branca européia. A representação veiculada na mídia, literatura e livros didáticos sobre a África tradicional é a da escravidão negra e, no presente, trabalha-se imagens de guerras étnicas, miséria e doenças, além das savanas e safáris exploradas em filmes hollywoodianos.

Ignora-se ou omite-se que o fator responsável pela desestruturação de inúmeras sociedades africanas foi o escravismo, na forma inventada pelos europeus, que significa explorar a escravidão humana como a principal forma de trabalho de uma sociedade.

O material didático disponível é muito pobre e não reserva para tais conteúdos espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente Africano, reproduzindo apenas estereótipos ou informações superficiais sobre os afro-brasileiros, a África e suas populações. Predominam o silêncio, o desconhecimento e as representações eurocêntricas. África aparece apenas como um apêndice misterioso, exótico, pouco interessante, dentro de outras temáticas.

O IMAGINÁRIO NEGATIVO QUE IMPREGNA RELAÇÕES E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO

O racismo incorporado pelos brasileiros é resultado de ações e pensamentos do passado e do presente. Neste aspecto, estudamos a produção da representação negativa da África, dos africanos e dos afro-brasileiros, como uma produção histórica nascida nas interações sócio-políticas entre povos de culturas diferenciadas.

Organizamos nossas idéias e opiniões a partir das imagens e informações que circulam pela mídia, e que revelam apenas elementos negativos, misérias como guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Do mesmo modo, os livros didáticos incorporam a tradição

3. *Racismo: teoria baseada em uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças, contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas suporte das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais.*

racista e preconceituosa sobre o Continente Africano e os afro-descendentes. Atentemos para as visões européias sobre os africanos.

Horta (1995) aponta que o conhecimento sobre a África e os africanos, disponível durante o período colonial e reproduzido durante séculos, são leituras européias que trazem representações, escritas ou imagéticas produzidas a partir de referências ou valores culturais daqueles que estiveram em África, ou interpretaram as notícias que de lá chegavam. Ou seja, são representações elaboradas com as categorias culturais e mentais daquele que viu, são (re)construções do real em escritos ou pinturas. Nesses relatos, interferem a cosmovisão e estruturas explicativas do autor, emprestando significados ao que está sendo observado ou apresentado. Nessa interação entre observador e observado há o embate, não só de dominação e resistência, mas também, de dificuldade de explicar e reconhecer o outro. Podemos inferir que os europeus, ante o “estranhamento” e a dificuldade de compreensão e de aceitação das diferenças, conferiram inferioridade aos povos da região. Assim, o africano tornou-se o “negro” a partir do olhar de dominação européia, conforme kwame Appiah, “a própria categoria do negro é, no fundo, um produto europeu, pois os ‘brancos’ inventaram os negros a fim de dominá-los”

Os valores que subjazem nesses olhares de mão dupla, no encontro daqueles povos europeus e africanos, cristalizaram-se em categorias, lugares-comuns e estereótipos, organizando a cada momento as representações coletivas, e tornando-se códigos de referência permanente (p. 209). Entendemos, então, que se construiu um imaginário recíproco do encontro de europeus e africanos, uma história em comum, uma “convergência natural e necessária em todos os fenômenos resultantes do encontro ou confronto de culturas” (p.191).

Cabe rememorar o papel das ciências e de seus intelectuais, que, hoje, em certa medida, debatem a produção histórica do “choque das civilizações”, que segundo Ianni (2004) implica xenofobia, etnicismo e racismo. Ao hierarquizar as “civilizações”, hierarquizando também povos, nações, nacionalidades e etnias, é evidente que se promove a classificação entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e de outros [outras].

A principal ferramenta de trabalho do professor, o livro didático é um portador de sistemas de valores e ideologias. Várias pesquisas denunciam a divulgação em obras didáticas de estereótipos e valores dominantes da população branca, palavras e imagens que levam crianças, jovens e adultos a construir representações e significados negativos sobre a população negra, desejados pelos grupos e classes dominantes racistas.

A POLÍTICA DO RACISMO E A EDUCAÇÃO

A tessitura da educação brasileira não se encontra desvinculada dos processos interativos humanos, que são complexos, face aos determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais. A discriminação racial das pessoas negras e mestiças, como já vimos, é um dos determinantes do seu destino social, econômico, político e cultural.

Nos debates dos intelectuais pontua-se que o que vivemos neste início de século sobre a questão racial são problemas que vêm sendo postos desde a Modernidade:

Parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Modifica-se ao acaso situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificadas, mas persistentes. Este é o enigma com o qual se defrontam uns e outros,

intolerantes e tolerantes, discriminados e preconceituosos, segregados e arrogantes, subordinados e dominantes, em todo o mundo. Mais do que tudo isso, a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdades, cooperação e hierarquização, dominação e alienação. Vista assim, em perspectiva ampla, a história do mundo moderno é também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade. Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as guerras religiosas, as desigualdades masculino-feminino, o contraponto natureza e sociedade e as contradições de classes sociais, a questão racial, revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades, como para cientistas sociais, filósofos e artistas. Uns e outros, com frequência, são desafiados a viver situações e/ou interpretá-las, sem alcançar sua explicação ou mesmo resolvê-las. São muitas e recorrentes as tensões e contradições polarizadas em termos de preconceitos, xenofobias, etnicismos, segregacionismos ou racismos; multiplicadas ou reiteradas no curso dos anos, décadas e séculos, nos diferentes países. (IANNI, 2004).

Ao tratar-se da educação no Brasil, não se pode desconsiderar sua realidade de país marcado por diversidade cultural e racial. Como a organização da escola reflete a organização da sociedade que temos e construímos, tanto numa como noutra projeta-se a complexidade das relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que as compõem. Nelas revelam-se as contradições e os conflitos que se manifestam por meio dos indivíduos que cotidianamente se inter-relacionam. Assim, o preconceito e o racismo reforçam os mecanismos de exclusão que permeiam a educação.

A marca da sociedade e da cultura dominante é impressa em uma variedade de práticas escolares, isto é, na linguagem oficial, nas regras da escola, nas relações sociais na sala de aula, na seleção e apresentação do conhecimento escolar, na exclusão de capital cultural específico etc. É desnecessário dizer que ela não é simplesmente impressa ou imposta sobre a consciência ou sobre as ideologias dos oprimidos. É sempre mediada, algumas vezes rejeitada, algumas vezes confirmada. (...) É crucial reconhecer que as escolas representam terrenos contestados na formação das subjetividades, mas que esse terreno é tendencioso a favor da cultura dominante. (GIROUX, 1986, p. 94-95)

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A Lei 10.639/2003 nos obriga a pensar o projeto de emancipação social, cultural e psicológica do sujeito afro-brasileiro, abrindo o debate sobre métodos e materiais para se introduzir nos currículos as histórias e culturas africanas. Para tal, nos desdobramos sobre questões cruciais: o quê se ensina, para que se ensina, como se ensina e para quem se ensina.

O desafio da transformação radical de nossas relações sociais está presente nessa tarefa. Neste sentido, é fundamental revisar nossos conceitos: a) que tipo de sociedade e de mundo concebemos e defendemos; b) que tipo de cotidiano produzimos; c) que ação transformadora podemos implementar.

Aqui almejamos uma postura reflexiva do educador, que implica ver/sentir/analisar a própria construção histórica dos sujeitos sociais, assumindo o compromisso político de reconhecer que existem várias histórias, várias táticas de praticantes (CERTEAU, 1995), que a história e a política oficial sempre silenciaram e escamotearam, construindo a longa tradição de exclusão socioeconômica, cultural e sociopolítica de vários setores (negros, índios, grupos rurais etc.) da sociedade brasileira.

ra. Pensamos um mundo melhor, com diversidade cultural e relações raciais igualitárias. Somente com estudos anti-racistas das contribuições culturais dos povos que formam nossa sociedade, poderemos alterar essas relações.

Essa transformação aponta para aspectos que envolvem o cotidiano, a prática e as vivências da população negra e branca do país. Aponta também para os vínculos entre a educação como processo de desenvolvimento humano e a educação escolar como espaço sociocultural ou como instituição responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. Encontrar alternativas, exercer metodologias inovadoras fazem parte da tarefa da educação democrática e emancipadora. Apresentamos aqui os resultados preliminares da proposta sistematizada e desenvolvida em 2006 e 2007, esclarecendo que a pesquisa continua em andamento, portanto, não temos ainda todos os estudos concluídos.

1. Assessoria aos seguintes projetos pedagógicos voltados para a implementação da lei 10639/03 para fortalecer as iniciativas em andamento desde 2006.

Nome do Projeto	Professores/as	Escola que desenvolverá o Projeto
Projeto Batucando	Andréia Constantino F. da Silva Márcia Monerat L. da Silva Angélica Nogueira Alves Neusa Aparecida Reis Teixeira Teresinha do Nascimento	E. M. Cel. J. P. de Almeida
Blog "Negros e Negras em Movimento"	Lea Barbosa Laranjeira Daniella Barbosa Laranjeira Paulo Guilherme B. Laranjeiras	Creche Municipal Jair Landim de Almeida
Construindo jogos sobre África	Jacqueline Winter Leila Machado Kessler Raquel Candido Benati Terezinha de Jesus Vieira Elizabeth de Fátima Christino	E. M. Mauro Sérgio da Cunha E. M. Profa Cleusa F. P. Jordão
Relações étnico-raciais na Escola da Caputera	Cristina Lúcia Silva dos Santos Moraes	E. M. Dr. Lauro Travassos
Brincando com as diferenças	Lea Barbosa Laranjeira Lea Maria da R. Sena Simone de Brito Reis Clisse de S. M. Pimenta	Creche Municipal Jair Landim de Almeida
Lendo e Escrevendo as Raízes na Literatura Infanto-Juvenil	Márcia Pimenta Maria Sebastiana M. Palmeira Marília Santos Boaventura Maria do Carmo Costa Garcia	E. M. Raul Pompéia E. M. Cel. J. P. Almeida
Sensibilizar para Educar	Maria da Conceição C. Nouer Wanda Lúcia Irineu	E. M. Tereza Pinheiro de Almeida
A produção cultural e artística dos negros afro-descendentes no Brasil	Márcia Massako Inoue Ana Cláudia dos Santos Claudete Lopes dos Santos Helena Catarina dos Santos Maria do Carmo N. Bastos Sandra Aparecida Bento Suely dos Santos Oliveira Rosas	Biblioteca Municipal de Angra dos Reis E.M. Cacique Cunhãbebe
Projeto Baobá: conscientização dos professores	Dilena Maria de Souza Lúcia Lima da Silva Margarida Maria V. Mariano Mariene Florentino da Silva Roselée A dos Santos Oliveira Sílvia Bittencourt da Silva	E. M. Dom Pedro I E. M. Mauro Sérgio da Cunha E. M. Santos Dumont

Conscientização da Equipe Pedagógica sobre a Diversidade Humana	Ana Lúcia F. da Silva Carime Mohamed Seifeddini Elizabeth de Fátima Christino Fátima Rosa Maria Emília de O Ferreira Maria Helena Lopes Vieira Simone Ferreira Bulhões Tania Elisa dos A Pimentel	E. M. Amélia Araújo Lage E. M. Mauro Sérgio da Cunha E. M. de Educação de Surdos C. E. Arthur Vargas E. M. Tânia Rita de O. Teixeira E. M. Benedito dos S. Barbosa E. M. Nova Perequê
Projeto Pedagógico para a Promoção da Igualdade	Maria Margarida Ferreira Rose Favro Linares	E. M. Prefeito Francisco Pereira Rocha

2. Criação do Fórum de Discussões Permanentes “Negros e Negras em Movimento” sobre a educação do afro-brasileiro, em 2007, vinculando a ele um Núcleo de Estudos e Pesquisas, com o fim de organizar ciclos de leituras, debates e reflexões, orientar a elaboração de projetos de pesquisas que discutam sobre as questões raciais no Brasil e em planos de ações para a materialidade da Lei 10.639/03 nas escolas.
3. Curso de Formação Continuada de 132 h/a, atendendo a aproximadamente 200 educadores em 2006/2007 (quatro turmas), com três eixos teórico-metodológicos:
4. Discussões teórico-práticas: debates com pesquisadores de diferentes campos de conhecimento das ciências humanas, no formato de aulas presenciais e oficinas de análise de material didático e elaboração de projetos.
5. Vivências da cultura brasileira de matriz africana: visitas, excursões, pesquisa nos diferentes espaços locais para reconhecimento dos “saberes e fazeres” da cultura afro-brasileira da região próxima ao município, bem como do Estado do Rio de Janeiro.
6. Seminários complementares.
7. Sistematização e socialização do conhecimento: organização de publicação contendo a produção de conhecimentos resultantes dos projetos criados para socialização junto às instituições locais.

PARA CONCLUIR

Reconhecemos em nossas leituras da conjuntura nacional que o cumprimento da Lei 10.639 caminha a passos lentos, mas acreditamos que essa Lei veio para ficar. Portanto, é urgente que as universidades assumam essa temática como importante para a formação de professores, pois a preparação de educadores para lidar com o tema não pode continuar se restringido a projetos pontuais. Não podemos ficar indefinidamente fazendo formação continuada para um assunto que hoje está incluso na LDB.

Entendemos também que são necessárias novas pesquisas sobre o tema e o ensino escolar, atualização e reformulação de materiais didáticos e formação de profissionais. Comprovamos em nosso trabalho o aparecimento da consciência política e o desejo de conhecer mais sobre nossas histórias e como ensiná-las melhor.

Desejamos uma abordagem da história da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história européia e suas influências sobre o continente americano. Almejamos o ensino escolar das histórias dos afro-brasileiros, em todos seus temas como escravidão, resistência, aboli-

ção, inserção do negro na sociedade etc, numa visão crítica e reflexiva que considere todos os aspectos relativos a relações sociais, espaço e tempo.

O professor é o elemento básico do ato pedagógico e pode ser um aliado extremamente importante para estabelecer, no contexto escolar, o embate e as posições sobre o tema. Por meio de discussão, reflexão sobre os diversos eventos do cotidiano escolar, organização e participação efetiva em cursos e seminários, estaremos forçando o debate, ampliando o horizonte conceitual e difundindo novas práticas educativas. Estaremos alinhados na direção da tomada de consciência da existência ampla de uma cultura e do seu tratamento possível e necessário na educação. Para tanto, cada um de nós, que queremos formar uma sociedade mais humanitária, precisamos nos despojar dos velhos ranços culturais, nos apoderar desse novo saber e anunciar a boa nova, tecendo essas informações no entre meio dos silêncios dos nossos alunos, como arautos desse novo conteúdo curricular.

Por último, convém destacar que a experiência vivida e refletida cotidianamente exerce sua função educativa em várias direções, e que embora algumas delas já tenham sido citadas no texto, convém ressaltar:

a) para os atores sociais proponentes (a universidade, gestores da educação e movimentos sociais), o desenvolvimento do trabalho coletivo, em equipes, buscando a materialização da gestão democrática nesta prática educativa específica, no qual, todos os atores partícipes da experiência têm voz e decidem coletivamente. Pensamos que seria fundamental destacar este elemento, pois como se trata de uma política educativa específica, o processo gestor pode ser decisório para a implementação no Projeto Político Pedagógico das escolas, pelos multiplicadores plenos (professores e educadores sociais);

b) para os trabalhadores da educação e educadores sociais, a experiência vivida e refletida tem permitido a descoberta de seu processo identitário e étnico, seu reconhecimento como atores e autores de suas práticas, entendendo-se como pesquisadores da prática escolar e como intelectuais orgânicos. Neste sentido, o projeto de extensão vem permitindo a realização de uma formação continuada que extrapola meramente a formação profissional necessária, mas, acima de tudo, sinaliza a construção de um processo de formação humana;

c) para a universidade e os atores sociais proponentes que defendem a implementação da Lei, mas que compreendem e intervêm nas próprias contradições implícitas, o que requerer um trabalho profundo de todos os sujeitos pedagógicos e educativos envolvidos;

d) para os alunos e trabalhadores das escolas, a implementação dos projetos gera a possibilidade de possíveis emancipações (social, política e cultural) e o exercício da cidadania plena. Em especial, no que se refere ao descobrimento e a construção de auto-estima, através da re-elaboração de sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de: *A Cultura no Plural*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

GIROUX, Henry: *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986. 336p.

HORTA, José da Silva: Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazes, 1995.

IANNI, Otávio: Dialética das relações raciais. *Revista Estudos Avançados* 18 (50). Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEPPPIR: *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília-DF: MEC/SEPPPIR, 2004.

RESUMEN

El Proyecto "Negros y Negras en Movimiento", centraliza sus discusiones en las cuestiones sociales, culturales, políticas y educativas que involucran la población afro-brasileña bajo la Ley 10.639/03. Cualificar los agentes educativos, hacer la recuperación de las memorias y su inserción en el cotidiano cultural afro, se hizo necesario y se permitió descubrir la reproducción del imaginario negativo, a través de una cadena de acciones. Producimos dos seminarios a respecto de la Diversidad Cultural y Prácticas Pedagógicas, la Formación Continuada de Multiplicadores Plenos, la creación del Foro de Discusiones Permanentes y la elaboración de proyectos, basados en el multiculturalismo y nuevas posiciones teórico-metodológicas de producción de conocimientos se desarrollaran como posibles elementos transformadores de lo social.

Palabras-clave: Cultura, currículo y relaciones raciales.